



O SILENCIAMENTO DA POPULAÇÃO FEMININA NÃO HETERONORMATIVA NO MANUAL DE ISTS.

Daniel Carvalho Nunes Da Silva (daniel.carvalho.nunes@gmail.com)

Conrado Neves Sathler (c.sathler@uol.com.br)

Este resumo apresenta uma parte da Pesquisa de Iniciação Científica com o título: Análise discursiva de uma abordagem LGBT+ do Manual do Ministério da Saúde sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), realizada nos anos 2019/2020 junto ao grupo de pesquisa TDI - território, discurso e identidade, esta investigação objetiva analisar alguns achados no documento do Ministério da Saúde de orientação a profissionais da Assistência (BRASIL, 2015) por meio da análise da materialidade linguística a partir da compreensão de Michel Foucault. O manual elenca como grupos de risco: Transexuais, Travestis, gays e HSH, que seriam homens que fazem sexo com homens. Porém não menciona em nenhuma parte as lésbicas e as que poderíamos também chamar, a partir de um paralelo com primeira sigla, de MSM, mulheres que fazem sexo com mulheres (BRASIL, 2015), além de não mencionar a população bissexual, mesmo sabendo que a parte masculina da população pode se guiar a partir de outras práticas abordadas no manual, ainda assim é possível inferir a invisibilidade dessa população que incide no apagamento dos termos. Já em relação a população de Lésbicas e MSM, não são contempladas mesmo em patologias em que o exame ginecológico é ferramenta chave para detecção e diagnóstico. É importante explicar o risco de infecção associado a essa parcela, seja pelo uso de objetos, seja pelo contato com os fluidos orgânicos presentes na prática sexual. Para além da menor procura ao serviço, é também maior sua vulnerabilidade devido à ausência de proteção adequada nas práticas sexuais. Ressaltamos, ainda, que a identificação de ISTs em mulheres é mais difícil se comparada às infecções em homens. Mesmo frequentando o serviço ginecológico, as lésbicas e as bissexuais não passam por todos os exames realizados em mulheres heterossexuais, logo elas ficam mais tempo com as patologias e por isso tornam-se agentes mais potentes de transmissão de ISTs. Além de que, o cenário de assistência em saúde para a população é ineficiente no conhecimento sobre elas e há deficiências no acolhimento e na abordagem, cenário que favorece a exclusão e dificulta o acesso ao sistema de saúde. Por fim, a ausência dos termos gera invisibilidade das parcelas que também são usuárias do serviço de saúde, agravam ainda mais os indicadores de saúde e geram a manutenção de um sistema que embora tenha como fundamento a Universalidade, exclui parte da população.

Agradecemos ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal da Grande Dourados pelo apoio financeiro.